

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 877.740 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **UNIÃO**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**RECDO.(A/S)** : **CARLOS EUGENIO REINO DA SILVA E OUTRO(A/S)**  
**ADV.(A/S)** : **VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO E OUTRO(A/S)**  
**RECDO.(A/S)** : **DISTRITO FEDERAL**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

“CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO — AÇÃO ORDINÁRIA — CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE TERÇO DE FÉRIAS — POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL — LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO — QUESTÃO CONTROVERTIDA — NECESSIDADE DE CONTRADITÓRIO.

1. O art. 21, XIV, da Carta de Outubro preceitua competir à União a organização e a manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como a prestação de assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

2. A Lei n. 10.633/2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal, estabeleceu que “*as folhas de pagamentos da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, deverão ser processadas através do sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado a partir da publicação desta Lei, sob pena de suspensão imediata da liberação dos recursos financeiros correspondentes*” (§3º do art. 1º).

**ARE 877740 / DF**

3. Existindo divergência de posicionamento entre a União e o GDF sobre qual ente é competente para recolher a contribuição previdenciária sobre a remuneração dos servidores vinculados à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – representada, inclusive, no Processo TCU n. 027.750/2006-9 –, de maior prudência a manutenção da União na lide, possibilitando, por meio do contraditório a instrução do feito para o clareamento da questão controvertida.

4. Agravo de instrumento provido.

5. Peças liberadas pelo Relator, Brasília, 22 de novembro de 2011., para publicação do acórdão.”

A pretensão não merece acolhida. O acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Suprema Corte, no sentido de que a União tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação em que se discute contribuição previdenciária de Policiais Civis do Distrito Federal. Confira-se o seguinte precedente:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRETENSÃO DE EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA DE POLICIAIS civis EM RELAÇÃO AOS POLICIAIS FEDERAIS. INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Compete privativamente à União legislar sobre o regime jurídico dos Policiais civis do Distrito Federal, inclusive em matéria remuneratória (Súmula 647/STF), cabendo, ainda, aos cofres federais suportar os efeitos dessa política salarial (CF/88, art. 21, XIV). Nesses termos, a União Federal tem legitimidade passiva para figurar em demanda coletiva na qual os Policiais civis do Distrito Federal pleiteiam equiparação de remuneração com os Policiais Federais.

2. Demonstrado o interesse da União no feito, na qualidade de ré, a competência para julgar o processo recai sobre a Justiça Federal (CF/88, art. 109, I).

3. Recurso extraordinário provido.” (RE 275.438, Redator p/ o Acórdão Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 30/10/2014.)

**ARE 877740 / DF**

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, §1º, do RI/STF, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator